

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. (70) S.I
Data	14/04/99 Pg 7-10
Class.	WPD 000 33

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 10, DE 9 DE ABRIL DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/3435/81. Referência: Terra Indígena MURIRU. Interessado: Grupo Indígena Wapixána. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/3435/81, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação, de autoria do antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel, que acolhe face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena MURIRU, de ocupação do respectivo grupo tribal Wapixána, com superfície e perímetro aprovados de 5.520 hectares e 30 km respectivamente, localizada nos municípios de Bonfim e Cantá, Estado de Roraima.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Roraima, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA


RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MURIRU

Referência: Processo FUNAI/BSB/3435/81. Terra Indígena: Muriru. Municípios: Cantá e Bonfim, no Estado de Roraima. Superfície: 5.520 ha. Perímetro: 30 km. Sociedade Indígena: Wapixána. Identificação e Delimitação: GT constituído pela Portaria nº 316/PRES, de 04 de janeiro de 1996, coordenado pelo antropólogo Marcos Alves de Souza.

1 - DADOS GERAIS

A etnia Wapixána está espalhada, atualmente, por uma vasta região de savana (lavrado) no centro-leste do Estado de Roraima e no *Rupununi District*, na República da Guiana. A língua Wapixána utilizada pela população dessa área para o contato entre si é da família lingüística Aruák. Todos no entanto falam o português para os contatos com a sociedade nacional. A maioria da população Wapixána vive em aldeias (malocas) formadas por casas unifamiliares espalhadas por um raio de três a cinco quilômetros do núcleo central. Não existem, atualmente, regras fixas e rígidas para o estabelecimento da residências dos casais, mas o mais comum é o casal construir sua casa perto da casa do pai da esposa. As malocas estão localizadas em pontos de fácil acesso às estradas que ligam às cidades, já que os Wapixána dependem em larga medida de produtos manufaturados e de bens e serviços só encontrados nas cidades.

A Terra Indígena Muriru, por estar localizada relativamente perto da Guiana, faz parte de um certo circuito migratório que existe naquela região de fronteira. Um outro tipo de migração que envolve os grupos Wapixána no Brasil é aquele que ocorre das malocas para a cidade. Ainda um terceiro tipo de movimentação populacional envolvendo os habitantes da Terra Indígena Muriru foi a retirada forçada da maior parte da população da referida

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU (70) S.I
Data	14/4/99 Pg 7-10
Class.	CON. 8

Terra Indígena, em função das pressões exercidas por fazendeiros, contando, inclusive, com a colaboração de funcionários da FUNAI para tal fim, só ficando no local aqueles que se recusaram, terminantemente, em se mudar e aqueles que eram empregados nas fazendas instaladas ou em instalação na área.

A Terra indígena Mururu conta com uma população Wapixána de 98 pessoas assim divididas: 22 pessoas que moram na T.I. Mururu; 56 que foram retiradas e querem retornar à T.I. Mururu e que moram na maloca Moskow; 14 que foram retiradas e querem retornar à T.I. Mururu e que moram na maloca Malacaxeta; e 6 que foram expulsas e querem retornar à T.I. Mururu e que moram em outros locais.

Pelos dados colhidos em campo, e de acordo com a memória tribal que a ocupação da área onde está localizada a T.I. Mururu é muito antiga. Mesmo o fazendeiro mais antigo da região, José Diniz de Lima, confirmou a presença indígena na área anterior à chegada de seu avô, Sebastião Diniz. Segundo a memória dos indígenas, trata-se de uma ocupação imemorial. Um dos nomes antigos da maloca Mururu é maloca da Cigana, nome do ponto mais elevado do local (serra da Cigana) e de um igarapé que tem suas nascentes aos seus pés (igarapé da Cigana). Todos são unânimes em identificar aquela área como território tradicional da etnia Atoraiú, fato que a toponímia da região vem confirmar. Segundo o Sr. Otávio, que tem 80 anos, os seus avós maternos, da etnia Atoraiú, nasceram na maloca Mururu, o que deve ter acontecido entre 160 e 116 anos atrás, o que é bem anterior à chegada dos primeiros fazendeiros brancos à região. A família do índio José Henrique, ele com 60 anos e ela com 50 anos, foi a última a deixar a área, o que ocorreu há cerca de um ano e dois meses antes do trabalho de identificação da área. Nascido na maloca Mururu, assim como seus pais, o índio José Henrique, de identidade Atoraiú, foi um dos que o Sr. José Diniz de Lima deixou que ficasse na maloca, pois há muito que ele era empregado do fazendeiro. Outras evidências que também provam essa ocupação original são os vários sítios arqueológicos existentes na T.I. Mururu.

Registros dos pesquisadores da região afirmam que a história dos povos indígenas habitantes da área de Roraima chamada de lavrado só pode ser entendida se analisada em conjunto com os territórios em países vizinhos contíguos e com composição ecológica semelhante. Daí, torna-se necessário que o levantamento da presença indígena na região leve em conta não só o relacionamento dos grupos nativos com os diversos tipos de europeus que os contactaram (portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses), mas também os registros de etnias já desaparecidas, mas que sobrevivem enquanto herança cultural e populacional dos grupos indígenas atuais do lavrado. De fato, os povos indígenas habitantes da fronteira Brasil/Guiana sofreram um duplo processo colonizador a partir de meados do século XVIII: de um lado, "vindos do vale amazônico, os portugueses inicialmente atingiram a população indígena no rio Branco por meio de expedições para apresamento de escravos, e, em fins de século, ali estabeleceram aldeamentos (...)" por outro lado, os "holandeses alcançaram a região através de uma extensa rede de troca de manufaturados por escravos índios, que envolvia povos indígenas desde o baixo rio Essequibo até o vale do rio Branco, relação esta que lhes valeu a aliança política dos índios, mais tarde reivindicada pela Inglaterra como título de domínio territorial" (Farage, Nádia e Santilli, Paulo. Estado de Sítio. Território e Identidade no Vale do Rio Branco. in Cunha, Manuela C. da. (org). História dos Índios no Brasil. Companhia das Letras, SMCSP, São Paulo, 1992: 267). A luta entre Makuxí e Wapixána, iniciada na metade do século XVI e que durou até meados do século XIX obrigou estes últimos a abandonarem o próprio território e a se deslocarem mais para o sul, entrando em território Atoraiú, onde fundaram suas vilas, e os portugueses os encontraram.

A presença portuguesa na região do rio Branco causou a extinção de vários povos indígenas, como também a absorção de outros pelas etnias que atualmente ocupam Roraima. Disso conclui-se que a fusão de grupos e o refluxo territorial convergiram para que a composição étnica da bacia do rio Branco estivesse profundamente alterada no início do século XX, em relação ao relatado nas fontes históricas para a região.

Para a área da T.I. Mururu existem alguns relatos sobre a presença indígena no local. O mais marcante e indubitável é o deixado pelo explorador francês Henri Coudreau registrando as primeiras descrições detalhadas sobre estes povos. Coudreau passou na área proposta para a T.I. Mururu entre os anos de 1884 e 1885, e registrou a presença de duas malocas na área da T.I. Mururu: *Wichibine* e *Kurati*. O nome *Wichibine*, segundo informações prestadas por alguns informantes, seria uma corruptela de *Wichidin*, que significa "mata onde existem muitos macacos cuxiú", ou, literalmente, "ilha do avô do macaco cuxiú". Apesar de algumas imperfeições no mapa de Coudreau, pode-se concluir que *Wichibine* estava provavelmente localizada onde hoje encontra-se a casa do Velho Miliano, ou seja, trata-se da Maloca Mururu. *Kurati* localizava-se às margens do igarapé Atoraiú, que na época se chamava igarapé Curati. Além disso, Coudreau relata que próximo a *Wichibine* existia uma maloca de nome *Chichirane* que ele considerou como o "antigo grande centro Atoraiú" (Coudreau, Henri. Le France Equinoxiale. Paris, 1887, II: 283). A tradução do nome desta maloca antiga é Lago da Cigana e ela estaria localizada, aos pés da Serra da Cigana, às margens do Igarapé Mururu, à montante de *Wichibine*. Os relatos de Coudreau não deixam dúvidas de que a Maloca Mururu e adjacências tem sido ocupada por índios Atoraiú e Wapixána ininterruptamente a pelo menos duzentos anos. Um mapa bastante revelador sobre o território ocupado pelos Atoraiú e pelos Wapixána é o mapa etnográfico do alto rio Branco, elaborado por Ermano Stradelli em 1903, e que está contido no volume IV da Terceira Memória apresentada pelo Brasil na questão de limites com a Guiana Inglesa. Por este mapa, percebe-se que do rio Quitauá para o sul era o território tradicional Atoraiú, com os Wapixána ocupando uma porção de terras que praticamente envolvia este território Atoraiú ao norte, ao leste e à oeste. Outra prova indubitável para a presença indígena na região que está situada a T.I. Mururu pode ser tirada da própria toponímia da região. O rio Branco teve seu nome tirado do antigo nome indígena do rio (Quecueene) que significava justamente rio branco. O rio Quitauá, que corta a T.I. Mururu tem seu nome derivado do nome original indígena, em língua Wapixána: *Kuit ywau* que quer dizer "rio (*ywau*) do Lagarto (*Kuit*)". O igarapé Atoraiú, que faz, em parte, o limite sul da T.I. Mururu, tem um nome que não só indica a ancestralidade e originalidade da ocupação indígena na área, como remete esta ocupação a um grupo étnico específico, e também indica a aceitação desta ocupação por parte da população não-indígena da região. O nome antigo em Wapixána do igarapé Atoraiú era Curati, denominação derivada do nome Wapixána de um tipo de tucano.

Desde o final do século XVII houve uma forte preocupação de Portugal com o comércio dos holandeses no rio Negro e com a boa imagem que estes gozavam entre as populações indígenas da região e pelo fato de que eles aproveitaram a extensa rede de trocas existente na região, inserindo-se como pólos terminais neste circuito, levando da área especiarias e escravos em troca de produtos manufaturados. Assim, entre 1775 e 1776, militares portugueses iniciaram a construção do Forte São Joaquim à margem esquerda do rio Tacutu, no ponto de junção deste com o rio Uraricoera, onde justamente estes rios passam a formar o rio Branco. Esta seria uma posição estratégica para barrar as tentativas de expansão ou "invasão do vale amazônico" pelos vizinhos espanhóis e holandeses, que haviam deslocado seu conflito para a região, pois os rios Uraricoera e Tacutu também serviam como vias de acesso aos rios Orinoco (espanhol) e Essequibo (holandês). Aliado a isso ocorreu uma nova política em relação aos grupos indígenas da área, que marca o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora na região. A construção da fortaleza foi apenas parte de um plano que previa a formação e/ou consolidação de núcleos populacionais constituídos basicamente por nativos, que teria por função "habitar" a região sob o comando de Portugal.

Ao final do século XVIII, após sucessivas revoltas indígenas, o sistema de aldeamentos entrou em declínio, restando desta experiência o temor do contato dos grupos indígenas do rio Branco com os novos vizinhos, os ingleses, que sucederam os holandeses na posse do que tornaria-se a Guiana Inglesa. De fato, a segurança da fronteira nacional continuou pautando a política oficial de ocupação da área. A questão territorial entre ambas as colônias só seria resolvida no início do século XX com o tratado de fronteiras entre o Brasil e a Inglaterra, e os índios da região, que sempre foram os elementos mais importantes nas ambições de supremacia sobre a área, acabaram sendo sujeitos aos domínios dos Estados Nacionais que para aí se expandiram, ocupando, invariavelmente, uma posição subordinada na escala social da região, o que permanece até os dias de hoje no Estado de Roraima.

Apesar das primeiras fases do contato interétnico no rio Branco ter sido marcada pela escravização e pelos aldeamentos, o contato só se intensificaria com a ocupação fundiária iniciada com a chegada de colonos civis na segunda metade do século XIX. Foi no governo de Manuel da Gama Lobo d'Almada, que decidiu-se pela introdução das primeiras cabeças de gado na região, em 1787. Daí, criou-se a oeste do vale do Branco, entre o Uraricoera e o Branco, a Fazenda do Rei (posteriormente chamada de Fazenda São Bento). Além da Fazenda do

Rei, no final do século XVIII existiam mais duas fazendas pertencentes a particulares que no início do século XIX passaram a ser propriedade do Estado: a Fazenda São Marcos, localizada ao norte do vale do Branco, entre o Uraricoera e o Tacutú, e a Fazenda São José, localizada próxima ao Forte São Joaquim, à leste do vale do Branco. Note-se, que no caso da T.I. Muriru, a área está situada à sudeste do Igarapé do Surrão, limite sul da Fazenda São José, fora, portanto, de seus domínios. Todavia, a T.I. Muriru está localizada numa região que o Estado considerava, no século passado, "terras devolutas em faixa de fronteira".

A pecuária, empreendida por colonos civis, procurava fixar a mão-de-obra na região, inaugurando a disputa por terras. Ressalte-se que desde o final do século XIX, o gado passou a ser índice de propriedade da terra em Roraima. A relação do fazendeiro com a terra não era dada pelo número de hectares, mas sim pela quantidade de cabeças de gado que possui. Isto significa que na ideologia regional de ocupação de terras, uma terra sem gado é uma terra livre, não ocupada por ninguém e uma terra com gado é uma terra com dono, ou seja, as terras ocupadas por indígenas, sem gado, são ocupáveis porque são livres.

A área da T.I. Muriru teria sido englobada pela Fazenda Quitauaú, de Sebastião José Diniz, porém, ainda na década de 80 do século XIX, ela era ocupada exclusivamente por grupamentos da etnia Atoraiú, conforme visto. A presença de Sebastião Diniz na área só foi registrada em 1903, conforme consta de uma relação contida na segunda memória brasileira para a questão de limites com a Guiana Inglesa. Por volta de 1920, a ocupação por fazendeiros na região da Serra da Lua foi intensificada, atingindo de fato a comunidade indígena então residente na área da T. T. Muriru. Por ironia do destino, em 1951, Natividade de Souza Thomé, uma das três irmãs pertencentes à família Thomé que adquiriram a antiga fazenda Quitauaú veio a casar-se com um dos descendentes de Sebastião José Diniz, José Diniz de Lima, que assumiu o controle, então, de parte das terras da fazenda Quitauaú que havia sido de seu antepassado.

Talvez o relato mais chocante e revelador do que significou a chegada dos fazendeiros na região foi o deixado pelo viajante Henri Coudreau, entre os anos 1884-1885. Assim descreve a reação indígena ao contato com um grupo de colonos liderados por um fazendeiro cearense de nome Fernando: "para escapar das violências destes miseráveis que violentam nossas mulheres e nossas filhas, saqueiam nossas roças e criações, tivemos que nos dispersar pelas matas e montanhas. Hoje a nossa nação está machucada, dividida, medrosa" (Coudreau, 1887: 284). O mais incrível desta citação é o fato de que quem a fez foi um índio Atoraiú que morava na Maloca Muriru, cujo nome então era *Wichibine*. Esta citação também esclarece de que forma a população indígena que habitava a T.I. Muriru começou a deixar a área e sob quais bases os que aí permaneceram tiveram que sobreviver. Com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, a atividade criatória de gado se expandiu por todo o lavrado e pela região das serras em Roraima. O recém-instalado Governo do Território procurou de todas as formas remover os "obstáculos" ao desenvolvimento regional, o que significou ainda mais pressão sobre os índios da região, já que os mesmos foram e são identificados como o principal destes obstáculos.

O procedimento demarcatório dessa terra iniciou-se, efetivamente, com a portaria nº 950/E de 28/05/81 que determinou a realização de estudos para identificação da área, tendo o relatório resultante sido considerado insuficiente. Em 13.09.82 o Diretor do DGPI encaminhou o processo à Delegacia Regional de Boa Vista visando nova identificação. Em 04/05/82, o então Delegado Regional da FUNAI em Boa Vista, Dinarte Nobre de Madeiro, através do Encaminhamento nº. 018/DEL/10ª. DR/82, informava ao Diretor do DGPI que a "área deverá ser cancelada uma vez que os índios se transferiram para a área da Maloca do Recanto da Saudade, por iniciativa própria. O motivo dessa transferência é que a área do Muriru é foco de malária, cujos índios, em pequeno número, já sofreram sérias consequências dessa enfermidade". Este encaminhamento completamente infundado resultou no arquivamento do processo durante alguns anos. É nesta época que foi iniciado o processo FUNAI/BSEB/0290/85, onde Rui Augusto da Costa Rodrigues solicitou à FUNAI, em 28/12/84, para fins de comprovação junto à SUDAM para obter um financiamento, certidão negativa de presença ou aldeamento indígena para suas fazendas Itamarati I, Itamarati II e Monte Verde, as duas primeiras incidentes à T.I. Muriru. A solicitação foi indeferida temporariamente, até que fosse feito o estudo da situação da família Wapixána que habitava a área objeto do pedido de certidão negativa. Posteriormente, técnicos foram encaminhados à área e produziram o Parecer nº. 03/GTI-RR de 12/08/86, posicionando-se pelo deferimento da certidão negativa requerida e que foi logo concedida. Pelos dados coletados em campo, observa-se que as informações dos técnicos são carentes de base real, sendo algumas delas até mesmo absurdas. Paralelo a isso, e após ter comprado a Fazenda Murerú de Natividade de Souza Thomé e José Diniz de Lima, o Sr. Rui Augusto da Costa Rodrigues entrou com novo pedido de certidão negativa em 30/08/93, agora para esta última fazenda, o qual foi negado até a identificação da T.I. Muriru.

Os Wapixána, assim como os Atoraiú, possuem uma longa história de cisões e fusões, motivadas pela atuação de agentes externos. Por outro lado, as idéias sobre as causas das doenças e da morte podem levar a acusações de feitiçaria ou melhor, de que alguém seja na verdade um *Kanaimé*, entidade sobrenatural temida e odiada pelos Wapixána. Tais acusações podem motivar conflitos que levam a cisões e migrações de famílias inteiras para outras malocas não muito distantes e que façam parte da mesma rede social, ou mesmo para um novo local de habitação, fundando-se, então, uma nova maloca. A morte de um parente próximo também provoca a mudança da família de sua casa, às vezes para outra maloca. Porém, o fator que mais favorece as práticas de secessão nos grupos indígenas de Roraima é mesmo a invasão dos territórios tradicionais por fazendeiros.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A aldeia Muriru atual praticamente se resume à casa do velho Miliano. Esta é formada por uma pequena casa de pau-a-pique no estilo tradicional Wapixána, um pequeno terreiro e uma outra cabana sem paredes onde está localizada a cozinha. Os outros habitantes indígenas atuais da T.I. Muriru (cinco famílias) moram em casas no mesmo estilo da do velho Miliano, porém essas casas pertencem a fazendeiros e posseiros da área.

Os moradores antigos do Muriru que de lá foram expulsos moram sempre na periferia das malocas para onde mudaram. As casas são sempre para famílias nucleares, e, por se tratar de forasteiros nestas malocas, nunca estão próximas ao "centro" da maloca. Segundo as entrevistas, a maloca Muriru chegou a ter quinze famílias habitando-a em algum momento nos últimos quarenta anos. Para antes disso, entre quarenta e noventa anos a população chegou a se equiparar à atual da maloca Moscow, cerca de 200 pessoas.

Originalmente, os Wapixána e Atoraiú habitavam malocas comunais, onde viviam uma ou várias famílias extensas. Este costume já desapareceu, em grande parte devido à influência católica, sendo que o que se entende por maloca, hoje em dia, é o conjunto de casas unifamiliares agrupadas num raio de até cinco quilômetros do que se considera o "centro" da mesma, ou seja, a igreja e a escola. As malocas Wapixána geralmente estão localizadas ao longo dos cursos dos rios e igarapés presentes em seu território, o que facilita o acesso à água. As casas são construídas no lavrado, geralmente em cima de pequenas e suaves elevações - os "tesos" - mas a pouca distância das matas. Isto porque no lavrado as casas ficam a salvo dos animais e dos mosquitos das matas, uma vez que ao redor de cada casa existe um terreiro feito justamente para isso, e que protegem também as casas do fogo das queimadas, bem como servem como terreno para o "sítio". A localização nos tesos garante a ausência de mosquitos e ameniza o calor, já que é lá que venta com maior constância, além de situar as casas em locais sem riscos de serem inundados. Outro elemento que os Wapixána evitam com a localização das malocas é o *Kanaimé*, entidade sobrenatural que habita as matas.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os habitantes da T.I. Muriru, praticam a coleta de vários produtos naturais durante o ano inteiro, os quais são utilizados para os mais variados fins. Os Wapixána não têm a coleta como uma atividade organizada, nem a praticam com fins comerciais. Os principais produtos coletados no lavrado e/ou nas matas, são: burití, buritirama, açaí, bacaba, cajuí, miriti, tucumã, arumã, caiaué, cajuí, flecha.

A caça representa outro importante recurso alimentar da dieta dos Wapixána. A carne de caça é um produto atualmente raro e bastante apreciado na dieta Wapixána, apesar de vir perdendo espaço para a carne de gado e de outras criações. Os animais caçados também estão distribuídos entre os dois ecossistemas do território tradicional Wapixána: mata e lavrado. As técnicas normalmente utilizadas para a caça são as de uso do arco e flecha e das armas de fogo, sendo mais raro o uso de armadilhas. Os Wapixána utilizam-se também cães de caça para a perseguição dos animais. As caçadas são atividades organizadas e praticadas durante todo o ano. Os animais mais

comumente caçados pelos grupos Wapixána são: anta, cutia, paca, catitu, queixada, capivara, tatu canastra, tatu "quinze quilos", tatu bola, jaboti, veado campeiro, veado capoeiro, veado foboca, preguiça, jacaré, macacos cuxiú, mutum, nanbu, cujubim, jacú, jacamim, aracuã, arara, pato selvagem.

A pesca constitui um importante recurso alimentar dos Wapixána. Ela é praticada por pequenos grupos de duas ou três pessoas aparentadas entre si, e sua finalidade também é o consumo. Os instrumentos utilizados para pesca são o anzoí, a tarrafa, o malhador (rede) e o arco e flecha. Os Wapixána também praticam a pesca com timbó, planta tóxica para os peixes e inofensiva ao ser humano. Dentre os peixes apreciados pelos Wapixána destacam-se o surubim, a traíra, o curimatã, o matrinchã, o aracú, o tucunaré, o pacú, o cangati, a pescada, a piranha, o carapari e o poraquê. A pesca é praticada durante todo o ano. A T.I. Muriru é cortada pelo rio Quitauaú e por vários igarapés, e possui vários lagos em sua área de lavrado, muitos dos quais considerados bastantes piscosos, como por exemplo o igarapé da Cigana e o igarapé Atoraiú.

Quanto às atividades criatórias os Wapixána praticam vários tipos de criação, sendo esta atividade de grande importância para a sua subsistência e para a sua economia. As criações mais importantes são de: gado, aves, porcos, carneiros, cavalos. Delas a principal é a criação de gado. Esta, além de representar uma defesa de suas terras, também é uma importante fonte alimentar e de recursos financeiros. Dentre os animais domésticos encontram-se cães, gatos, aves e alguns animais silvestres como macacos, jabutis etc.

A maioria dos alimentos consumidos pelos Wapixána provém da agricultura. Esta é praticada segundo os padrões convencionais das sociedades indígenas da Amazônia e divide-se em dois grandes tipos: produtos do "sítio" e produtos da roça, esta caracterizada como agricultura de coivara. O "sítio" na verdade é a área em volta da casa, ou seja, um terreiro, e os seus produtos são propriedade da família que o plantou, isto é, da que mora na casa que o sítio está ao redor. Ali são plantados vários tipos de hortaliças e frutas, além das plantas "mágicas" *wapananinao*. A roça fornece o "grosso" da alimentação Wapixána. Cada família nuclear possui a sua roça, que é responsável pela subsistência da mesma, porém, em algumas malocas existem roças comunitárias que fornecem o sustento da cantina da maloca, se esta existir, e da "merenda escolar". Os principais produtos oriundos das roças são: macaxeira, mandioca, batata, cará, inhame, taioba, arroz, feijão, cana, abacaxi, melancia, melão, abóbora, pimenta, mamão, amendoim, batata doce, batata roxa, algodão, milho, banana de vários tipos e plantas medicinais. As roças só são feitas nas matas densas e relativamente grandes, não servindo para este fim as matas galerias. Porém, as roças devem se localizar nas proximidades de alguma fonte d'água.

IV - MEIO AMBIENTE

Quase toda a área atual do Estado de Roraima é constituída pela bacia do rio Branco, o mais importante afluente da margem esquerda do rio Negro. O rio Quitauaú, que corta a T.I. Muriru, é um afluente e tem sua foz no que se considera alto rio Branco. A rede de drenagem é densa, constituída por igarapés na maioria das vezes intermitentes, marcados por um alinhamento de palmeiras (buritizais) que se destacam no campo. Na T.I. Muriru as águas de todos os igarapés correm para o rio Quitauaú.

A cobertura florestal dos Campos do Rio Branco é formada predominantemente pela vegetação de savana denominada regionalmente de "lavrado". Há ocorrência também de estepes e campinas ou campos lisos, campos cerrados ou "sujos", bem como das "ilhas" (de mata). O solo do lavrado é raso e ácido, de acumulação quartenária e apresenta-se com textura areno-argilosa. Embora de boa constituição física, o solo do lavrado encontra-se laterizado e é pobre em sais de cálcio e fósforo e em matéria orgânica. É o rio Quitauaú que limita o lavrado da Floresta Amazônica propriamente dita na T.I. Muriru. Assim, é correto afirmar que o lavrado da T.I. Muriru está todo ele localizado no município de Bonfim, enquanto que a sua mata é uma exclusividade do município de Cantá.

Pela classificação de Koeppen, o clima da maior parte de Roraima, incluindo a T.I. Muriru, é quente e úmido do tipo AWI, com temperatura média mensal oscilando entre 26° C e 29° C durante o ano, com mínimas e máximas absolutas em 20° C e 38° C, respectivamente. A estação de chuvas, ou seja, o "inverno", ocorre entre abril e setembro, e a estação seca, isto é, o "verão", vai de outubro a março.

A T.I. Muriru possui cerca de metade dos seus 5.520 ha divididos entre as duas coberturas florestais dominantes na região: lavrado e mata, ambos bastante preservados até agora, devido à falta de investimentos de ocupação efetiva por parte dos fazendeiros do local.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os dados demonstram que o crescimento da população que vivia na T.I. Muriru devido somente aos nascimentos no grupo foi de 97,22 % para os últimos 15 anos, justamente o período que iniciou-se logo após começarem as expulsões da terra por fazendeiros. Neste período só foram registradas três mortes (taxa de mortalidade média em 0,28 % ao ano) e dois casos de abandono da identidade étnica e "integração" à sociedade envolvente (duas moças que se casaram com "civilizados" e se mudaram para Boa Vista).

Uma das causas da flutuação nos números relativos à população Wapixána no Brasil é a movimentação dos índios dentro de seu território tradicional, inclusive dos dois lados da fronteira com a Guiana. Assim, o crescimento populacional da T.I. Muriru devido à migração interna dos Wapixána em seu território tradicional corresponde a um aumento de cerca de 38 % em sua população. A população total mais que dobrou nos últimos 15 anos, somente em função dos nascimentos no grupo. O êxodo dos Wapixána para as cidades de Roraima, sobretudo Boa Vista, atua no sentido exatamente contrário ao da migração interna, já que isto representa a "integração" à sociedade envolvente e o abandono da própria identidade étnica.

Na cosmologia dos Wapixána, o mundo teria sido criado por *Tominikare*, deixando o seu acabamento a cargo de seus irmãos *Duid* e *Mauáre*, ou seja, seus "heróis-civilizadores". É comum os Wapixána explicarem o mundo atual a partir das ações deste dois irmãos demiurgos, sendo que mesmo a origem dos humanos, inclusive dos "brancos", sejam brasileiros ou ingleses, são explicadas a partir destas ações, uma vez que toda a diferença existente no mundo está dada em sua origem. Rios, serras, cachoeiras etc., também têm sua origem explicada da mesma forma, particularmente o monte Roraima, referência cosmológica privilegiada. O ponto de partida para se entender a cosmologia Wapixána é a compreensão do que vem a ser o *panaokaru*, isto é, a "alma das coisas". Tudo o que pode ser nomeado no universo possui, para os Wapixána, *panaokaru*, isto é, os igarapés, matas, buritizais, fenômenos naturais, animais, os materiais de construção das casas, enfim, tudo, com exceção dos humanos, possui *panaokaru*. Na cosmologia Wapixána, o mundo atual resulta da ruptura de uma ordem primordial, que diferenciou tempo e espaço e "provocou a especiação" (cf. Farage, Nádia. As Flores da Fala: Prática e Retórica entre os Wapixána. FFLCH/USP, São Paulo, 1997: 57 e ss).

A medicina tradicional Wapixána fica garantida entre os habitantes da T.I. Muriru com a existência de matas e de lavrado em bom estado de conservação e em quantidade relativamente grande, pois só assim os produtos naturais dos quais necessitam para a realização desta atividade podem ser encontrados.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Os ocupantes não índios da T.I. Muriru são:

Nº LVA	Nome do Ocupante e da Ocupação	Área do Imov em ha	Área na TI em ha	Ano de Ocup.	Cond. do Ocupante.	Reside no Imóvel.
01	Wanderli Lima Faz. Beira Rio	752,00	752,00	1995	Titular da posse	não
02	Antônio Anildo de Oliveira Sítio Três Irmãos	175,00	175,00	1989	Idem	Sim
03	José Diniz de Lima e Esposa Sítio São José	(?)700,00	(?)700,00	1987	Idem	não
04	Rui Augusto da Costa Rodrigues Sítio Vista Alegre	(?)700,00	(?)700,00	1995/6	Idem	não
05	Idem Sítio Carandá	825,40	825,40	1990	Idem	não

07	Idem Agropecuária Mucubal: Faz. Muriru 3.208,89 ha Faz. Itamarati I 279,05 ha Faz. Itamarati II 1.841,86 ha	5.329,89	2.300,00	1979/93	Proprietário	não
06	Manoel da rocha Freitas Neto Faz. Parnavaí	751,00	100,00	1994	Titular da posse	não
08	Zulei Ferreira Pontes Faz. ?	?	?	?	?	não

Os imóveis incidentes à T.I. Muriru podem ser divididos em dois grandes blocos. Todos os imóveis que estão localizados na margem esquerda do rio Quitauau, isto é, estão localizados no município de Cantá (Fazenda Beira Rio, Sítio Três Irmãos, Fazenda Paranaíba, Sítio São José, Sítio Canadá e Sítio Vista Alegre) não possuem título de propriedade. Os imóveis localizados no município de Bonfim, com a exceção das terras de Zulei Ferreira Pontes, possuem títulos de propriedade expedidos originalmente pelo Estado do Amazonas na Primeira República, sendo todos de propriedade de Rui Augusto da Costa Rodrigues. As duas últimas possuem Certidão Negativa de Presença de Aldeamento e Presença Indígena. Estas fazendas são destinadas à pecuária, porém as poucas cabeças que o Sr. Rui Augusto da Costa Rodrigues possui ficam fora da área compreendida pela T.I. Muriru.

VII - CONCLUSÃO

O relatório procurou caracterizar o grupo indígena que habita a referida terra, a sua distribuição espacial e movimentação populacional em seu território tradicional, o seu recenseamento histórico e atual, e as suas práticas de sucessão. Estabeleceu-se o vínculo histórico do grupo indígena com a área objeto das presentes identificação e delimitação, através da memória oral do grupo, e de exaustiva pesquisa bibliográfica e documental. Ficou provado, pelos levantamentos realizados, que a área da T.I. Muriru vem sendo ocupada ininterruptamente há mais de um século pelos grupos indígenas Atoraiú e Wapixána. Na análise histórica dos acontecimentos relativos à ocupação da região procurou-se mostrar que as raízes da atual situação étnica de Roraima são encontradas em seu passado colonial e imperial, bem como na introdução da pecuária na região. O período republicano veio sacramentar a ocupação definitiva da região, ao aumentando as invasões em terras indígenas no Estado, o que continuou acontecendo durante todo este século. Procurou-se expor uma série de considerações de ordem social, ritual e religiosa no sentido de demonstrar o uso e a importância da terra para a população Wapixána da T.I. Muriru. Verificou-se que a T.I. Muriru, além de possibilitar a subsistência do grupo enquanto recurso natural, representa um recurso sociocultural, por ser o suporte de sua vida social e estar diretamente relacionada ao seu sistema de crenças e ao seu conhecimento tradicional. As áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Wapixána da T.I. Muriru correspondem ao lavrado e à mata existente na citada terra.

Assim, a terra identificada, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, atende ao disposto no § 1º do Art. 231, são tradicionalmente ocupadas: habitadas em caráter permanente, utilizadas para as atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar do grupo e necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL
 Antropólogo/CDA/DEID

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
 Departamento de Demarcação - DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação
 Terra Indígena MURIRU
 Aldeias Integrantes
 Muriru
 Grupos Indígenas
 Wapixana e Atoraiú
 Localização

Município: Bonfim e Cantá Estado: Roraima
 Administração Executiva Regional: Boa Vista

Extremos	Coordenadas dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte:	02°35'28,3" N	60°11'15,8" Wgr
Leste:	02°34'27,8" N	60°09'40,9" Wgr
Sul:	02°31'50,1" N	60°10'26,2" Wgr
Oeste:	02°34'18,7" N	60°15'27,1" Wgr

Base Cartográfica

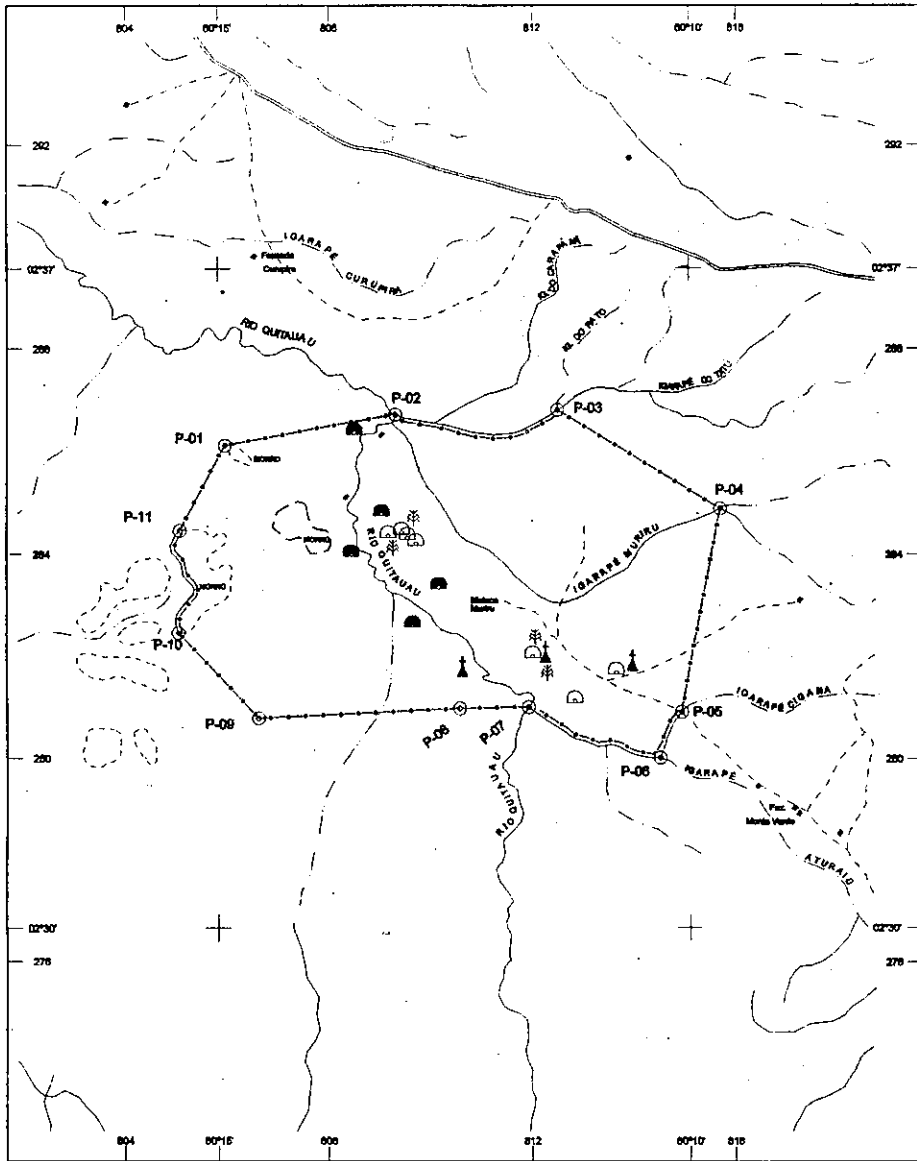
Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
NA.20-X-D-III	1: 100.000	DSG	1983

Dimensões

Superfície: 5.520 ha (cinco mil, quinhentos e vinte hectares aproximadamente)
 Perímetro: 30 Km (trinta quilômetros aproximadamente)

Descrição Do Perímetro

NORTE: Partindo do Ponto P-1 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°35'08,2" N e 60°14'55,6" Wgr., situado na encosta de um morro, segue-se em linha reta até o Ponto P-2 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°35'26,8" N e 60°13'10,7" Wgr., situado na confluência do Rio Quitauau com o Igarapé do Tatu; daí, segue-se por este, a montante, até o Ponto P-3 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°35'28,3" N e 60°11'15,8" Wgr., situado na confluência com o Igarapé do Rato. LESTE: Do ponto antes descrito segue-se em linha reta até o Ponto P-4 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°34'27,8" N e 60°09'40,9" Wgr., situado na confluência dos dois braços do Igarapé Muriru; daí, segue-se em linha reta até o Ponto P-5 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°32'21,0" N e 60°10'07,3" Wgr., localizado nas margens do Igarapé da Cigana; daí, segue-se por este, a jusante, até o Ponto P-6 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°31'50,1" N e 60°10'26,2" Wgr., situado na confluência com o Igarapé Aturaiú. SUL: Do ponto antes descrito segue-se pelo Igarapé Aturaiú, a jusante, até o Ponto P-7 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°32'20,6" N e 60°11'47,3" Wgr., situado próximo a confluência do Igarapé Aturaiú com o Rio Quitauau; daí segue-se em linha reta até o Ponto P-8 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°32'20,5" N e 60°12'26,5" Wgr., daí, segue-se em linha reta até o Ponto P-9 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°32'14,5" N e 60°14'34,7" Wgr. OESTE: Do ponto antes descrito segue-se em linha reta até o Ponto P-10 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°33'08,9" N e 60°15'25,2" Wgr., situado na encosta de um morro; daí, segue-se o contorno do morro, pelo lado oeste, até o Ponto P-11 de coordenadas geográficas aproximadas de 02°34'18,7" N e 60°15'27,1" Wgr., daí, segue-se em linha reta até o Ponto P-1, início da descrição deste perímetro. Técnico Responsável pela Identificação dos Limites: Eurípedes Roosevelt da Silva, Engenheiro Agrimensor, CREA-DF 9.836/D



SINAIS CONVECCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
- ALDEIA INDÍGENA, ALDEIA INDÍGENA ANTIGA
- CUMIÊNO, PLANTACÕES
- ROÇOVA DE REVESTIMENTO SOLTO
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA
- CASA DE MADEIRA

 MISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF	
TERRA INDÍGENA MURURU	
DELIMITAÇÃO	
SUPERFÍCIE APROX.: 5.520 ha PERÍMETRO APROX.: 30 km	
ESCALA: 1/100.000 DATA: 08/04/99	
PROCESSO: PLANEJADA 0499 ANEXO ORÇAMENTÁRIO: 08-05 e 74	
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DOS LIMITES: RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DOS LIMITES: VETO GRUPO DO CRI:	POSITIVA: 310PNE/97
SÍMBOLOS E DE SOLDA: ENTORCIMENTO - 10°/90° "SIMPÓSIO E DA BOLA" Prof. Paulo César dos Santos	SÍMBOLOS TIRADOS DO CRI: Prof. Paulo César dos Santos